**Grupo de Trabalho da Conferência Municipal para Política para Imigrantes**

**06 de maio 2019**

**15:00-18:00**

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Rua Líbero Badaró, 119

**ATA 1ª Reunião GT Conferência**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Membros do Conselho** |  |  |  |
| Elisa Lai Jung | X | Jean Mulondayi (África do Coração) | X |
| Letícia Carvalho (Missão Paz) | X |  |  |
| Nour Massoud | X |  |  |
| Oriana Jara (Presença da América Latina - PAL | X |  |  |
| Yoo Na Kim | X |  |  |
| Elissa Fortunato (Bibliaspa) | X |  |  |
| Keder Lafortune | X |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Secretaria Executiva (SMDHC)** |  |  |  |
| Jennifer Álvarez | X | Bryan Rodas | X |
| Ana León | X |  |  |
| Marina Luna | X |  |  |

**Participantes e observadores:**

Guilherme Otero – Organização Internacional das Migrações; Tatiana Belons - Defensoria Pública da União; Paulo Daniel Farah (USP- Bibliaspa)

**Pautas:**

* Informe sobre a nota de repúdio
* Introdução aos documentos da 1º Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes (CMPI)
* Validação do cronograma;
* Definição do papel do GT Conferência;

**Sra. Ana iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e abrindo a reunião com uma leitura das pautas que foram tratadas.**

* **Informe sobre a nota de repúdio;**

Sra. Yoo Na Kim apresentou ao plenário a iniciativa de formular uma carta de repúdio em resposta às declarações xenofóbicas emitidas por um casal de brasileiros, em relação à cultura coreana, via mídia social (Instagram).

Sra. Ana pediu maiores esclarecimentos acerca da nota de repúdio: sobre seu teor e qual instituição se responsabilizaria pela emissão e autoria da nota.

Sra. Yoo Na Kim indicou que seria oportuno que o CMI se responsabilize pela emissão e autoria da nota e que nela conste todos os membros que concordaram com sua emissão.

Sr. Paulo Farah informou que as nomeações na nota poderiam ser emitidas por representação da instituição.

Sra. Nour Massoud ressaltou a importância da nota e indicou que, como presidenta, assinaria para divulgação. Além disso, destacou a importância de debater o tema na próxima reunião ordinária do CMI.

Sra. Oriana Jara sugeriu que o CMI torne essa postura, de repúdio a ações xenófobicas, uma atividade constante em defesa de todas as comunidades imigrantes.

Sra. Letícia Carvalho sugeriu que a Sra. Yoo Na Kim adicione na nota os detalhes das ações praticadas pelo casal.

Os presentes membros entraram em consenso e decidiram que: A Sra. Yoo Na Kim enviaria uma minuta da nota de repúdio para ciência e colaboração pelos membros do Conselho. Assim podendo dar prosseguimento com a assinatura da Sra. Nour Massoud e posterior emissão nas redes do CMI e da Secretaria.

* **Introdução aos documentos da 1º Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes (CMPI);**

Sra. Ana iniciou a pauta explanando sobre a finalidade do GT que é de definir as questões pragmáticas para organização da Conferência.

Sra. Ana distribuiu e apresentou aos membros os seguintes documentos: Regimento Interno da 1º CMPI; Decreto de convocação da 1º CMPI; Portaria de constituição da Comissão Organizadora da 1º CMPI; e a minuta de cronograma das atividades para a 2º Conferência.

Sra. Marina indicou que esses documentos devem servir como insumos para o planejamento do GT.

Sra. Marina informou que para convocação da 2º conferência, dado pela existência do CMI, se daria por uma Resolução emitida pelo CMI, na qual constaria o programa da Conferência, por isso frisou a importância desse documento. Ainda indagou se o caráter do GT é temporário, já que esse teria com principal objetivo a definição da Comissão organizadora.

Sra. Ana sugeriu que a comissão organizadora seja composta, em sua maioria, pelos membros do GT conferência, para que tenha uma compreensão maior dos processos de planejamento.

Sr. Paulo questionou qual é o caminho legal para a implementação da Resolução para chamamento da Conferência e perguntou se haveria delegados, já que na última teve.

Sra. Tatiana indicou que a indicação de delegados esvaziaria a pauta.

Sra. Marina propôs que se faça uma reunião do GT no dia 28/05 e que para ela já estejam definidos as informações que a Resolução do CMI e a Portaria tratariam em seus textos, ambas para chamamento do CPMI. Dentre as informações necessárias estariam às datas de realização para a CPMI.

Sr. Guilherme Otero informou que se definam as datas de acordo com a disponibilidade um local para a realização da CPMI.

Sra. Tatiana sugeriu que se procurem os espaços do Memorial da América Latina para a realização.

Sr. Paulo sugeriu a USP Butantã para realização do CPMI.

Sra. Yoo Na Kim sugeriu que se indique um membro do GT para se responsabilizar pela procura e reserva das salas e na próxima reunião se defina a escolha da data.

Sra. Ana pediu que se faça uma lista dos possíveis locais para a realização da CPMI. Os indicados foram: Memorial da America Latina, USP Leste, USP Butantã, Mackenzie, Faculdade Zumbi dos Palmares e SANFRAN.

Sr. Paulo indicou que iria fazer um contato com a SANFRAN para averiguação da disponibilidade de datas para reserva.

Sra. Jennifer lembrou que o número de salas que foram usadas na edição anterior dependeu do planejamento de temas e eixos, os quais ainda serão definidos.

* **Validação do cronograma;**
  + **Definição das datas para a Conferência Municipal e para as Pré-Conferências.**

Sra. Marina sugeriu que se definam “datas guias” para facilitar o contato de averiguação de locais e para os próximos passos de planejamento da CMPI.

Os membros presentes definiram as seguintes datas para as pré-conferencias e para a conferência:

**Conferências livres: desde o dia de publicação da portaria (maio) até 31/08**

**Foi definido a 1° pré-conferência: 17 e/ou 18 de agosto**

**Foi definido para a 2º pré-conferência: 14 e/ou 15 de setembro**

**Foi definido para a Conferência: 18/19/20 outubro ou 08 /09/10 de novembro**

* **Definição do papel do GT Conferência;**
  + **Definição da Comissão organizadora.**

Sr. Paulo questionou se a CMPI terá a participação de representantes de instituições do Poder Público, das diversas esferas governamentais. Sra. Tatiana fortaleceu o ponto do Sr. Paulo.

Sr. Paulo sugeriu que as conferências livres previstas no Decreto da 1º CMPI possam ser realizadas por mídia digital.

Sra. Guilherme expressou em plenário que não há a necessidade de seguir o projeto anterior, devido ao novo ambiente institucional. Sugeriu que se faça um processo mais simples: Sugeriu que o não há necessidade da realização de conferências livres e de uma obrigatoriedade de formar uma comissão organizadora.

Sra. Letícia endossou a necessidade de formar uma comissão organizadora.

Sra. Jennifer fortificou a necessidade de uma comissão organizadora e da realização de pré-conferencias, de forma a dar maior fortificação e base para as ações tomadas para a realização da conferência.

Sra. Oriana destacou que a necessidade da comissão organizadora se daria para ultrapassar as barreiras exclusivas de representatividade do GT, de forma a abrir para a sociedade civil a construção das pautas da conferência.

Sra. Letícia perguntou como que se formularia a comissão organizadora

Sra. Jennifer indicou que se a melhor possibilidade seja via convite à instituições/pessoas de acordo com os eixos temáticos escolhidos para a conferência.

Sra. Jennifer apresentou um organograma para as atividades de construção da conferencia. Alguns adendos foram feitos: O CMI tem a competência de emitir um dispositivo de nomeação para a comissão.

Sra. Jennifer apontou, no cronograma apresentado pelos membros, que previa a realização da conferencia para o mês de agosto. Indicou que os tramites exigem 90 dias para a provisão da infra-estruturar por parte da SMDHC.

Sra. Letícia indagou quando seria uma data ideal para iniciar os preparativos.

Sra. Jennifer indicou o mês de junho para ter um tempo hábil para os tramites burocráticos.

Sr. Paulo frisou a necessidade de uma pré-conferencia presencial, além da consulta via mídia digital. Além disso, sugeriu a definição das competências complementares as atividades do GT, as quais a comissão organizadora se responsabilizaria.

Sra. Marina indicou a definição do número de participantes da comissão organizadora e dos critérios que serão usados para a escolha dos participantes.

Sr. Guilherme Otero sugeriu que se forme uma comissão coesa e menor, para maximizar a responsabilidade entre os membros e para maior deliberação.

Sra. Elisa questionou sobre a logística que será disposta para a realização da conferência e se há 10.000 reais dispostos para isso.

Sra. Jennifer afirmou que essa quantia é para outros fins já previstos e que a conferência já tem sua previsão orçamentária disposta especificamente para essa. Sra. Jennifer indicou que as conferências livres não conseguem ser cobertas por nenhum desses orçamentos.

Sra. Oriana questionou se há necessidade de se fazer um chamamento especifico para a formação da comissão organizadora.

Sra. Jennifer indicou a necessidade de haver o chamamento para que novos participantes contribuam aos temas de debate da conferencia.

Sra. Jennifer indicou as seguintes matérias que devem constar na Portaria de Chamamento: Objetivo Geral; Número de composição dos membros (do poder público e sociedade civil); estabelecimento de datas; previsão de conferencias e conferencias livre.

Sra. Nour Massoud informou que teria que deixar a reunião e fez algumas indicações de encaminhamentos: Definir quais seriam os critério para chamamento para convite de pessoas à comissão organizadora; quais seriam esses órgãos; definir quais seria os temas que serão tratados; pensar na relação estabelecida entre a comissão e o CMI.

Sr. Paulo frisou a necessidade de se esclarecer como a comissão organizadora irá se compor, preferencialmente de forma paritária, a partir do número já existente do GT.

Sr. Paulo ainda frisou a definição de pré-conferências livres, conferências virtuais e conferências livres presenciais.

Sra. Paulo ainda destacou que as pré-conferências serão de responsabilidade dos atores dispostos para realizá-las, em conformidade com os temas e os modelos de conferência que serão apresentados pelo GT.

Sra. Jennifer sugeriu o uso das escolas do “Portas Abertas” para a realização das pré-conferências presenciais.

Sr. Paulo indicou que para as pré-conferências os lugares ideais podem ser os CEUS.

Sra. Tatiana fortificou a proposta explicita da necessidade de conferências livres.

Sra. Marina questionou se o GT teria atribuições para a realização das conferências livres.

Sra. Tatiana e Sr. Paulo indicaram que não haveria atribuições para o GT.

Sra. Jennifer questionou qual será a definição da data planejada para publicação do decreto de chamamento para a conferência, conforme a cronograma feito pelo GT. Passou de Agosto para Junho para a publicação do Decreto.

Sra. Jennifer questionou os membros presentes se o GT irá se debruçar sobre a composição da comissão organizadora.

Jennifer indagou se é desejo dos membros que a comissão organizadora deva ter uma constituição paritária e se a composição se dará exclusivamente pelos membros do CMI.

Os membros presentes deliberaram pela paridade, entre o poder público e a sociedade civil, para composição da Comissão Organizadora.

Os membros decidiram que a composição da Comissão Organizadora não irá se restringir aos membros e suplentes do CMI.

Por ora, o plenário definiu que os membros do GT serão participantes da Comissão organizadora e que posteriormente será levado um dossiê sobre as funções e deveres dessa comissão ao plenário do CMI, de forma que interessados em participar da Comissão se manifestem.

Sra. Jennifer indicou que para a próxima reunião ordinária da CMI será levado uma proposta.

Os membros presentes definiram a não indicação de delegados para a conferência.

Na próxima reunião ordinária será levada uma minuta de decreto e portaria para aprovação.

Sr. Paulo sugeriu que seja realizada mais uma reunião do GT para definir os pontos não tocados nesta reunião. Foi definido para o 13/05 às 15h.

**Encerramento da reunião**